

**Movimentos socioterritoriais rurais e urbanos na luta pelo combate à fome: um estudo de caso sobre o MST e o MTST**

Maria Emilia Gomes de Sá[[1]](#footnote-1)

Ricardo Serra Borsatto[[2]](#footnote-2)

**GT 09:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

**RESUMO**

A fome que se perpetua no Brasil é um fenômeno social, produto de relações sociais baseadas na exploração e expropriação dos trabalhadores. Para pensar sua superação, analisaremos os movimentos socioterritoriais como agentes fundamentais na efetivação de transformações estruturais através de questionamentos à ordem social vigente. Sendo o acesso à alimentação uma problemática que atravessa o campo e a cidade de forma interconectada, o trabalho se propõe a pensar em análises mais complexas desses territórios, enxergando a complementaridade entre eles. Nesse contexto, objetiva-se identificar as convergências entre discursos e ações de movimentos rurais e urbanos frente o combate à fome, mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Assim, a partir da triangulação de metodologias qualitativas espera-se que as contribuições dos movimentos pelo combate à fome sejam identificadas para aproximar as lutas urbanas e rurais e trazer maiores complexidades nos debates acerca da superação da fome nos territórios.

Palavras-chave: Fome. Movimentos sociais. MST. MTST. Terrritórios.

**INTRODUÇÃO**

Biologicamente, como fonte de energia, o alimento é elemento essencial para a reprodução da vida. E, para além das questões físicas, ele está intrinsecamente ligado às condutas mentais e às relações sociais humanas (FILHO, 2022). Alimento no prato é dignidade e, como afirma Salles-Costa (2022), “Assegurar a alimentação significa assegurar o direito à vida.”

 No entanto, apesar de um direito humano básico fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, a estreita relação estabelecida entre a comida e o capitalismo transforma o alimento em mercadoria, em commodity. E, ao perder seu valor de uso, a alimentação passa a realizar as necessidades do capital (CHUN, 2018; MARX, 2006; TEIXEIRA, 2022). Assim, enquanto o Brasil bate recordes na produção de commodities em um sistema monocultor amparado no latifúndio e exporta dezenas de milhões de toneladas de grãos e carnes, 125 milhões de brasileiros não têm o que comer ou não sabem se farão a próxima refeição (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, et al., 2022). Ainda, de acordo com a segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) de 2022, 33,1 milhões de pessoas convivem hoje com o estado mais grave da insegurança alimentar, a fome (REDE PENSSAN, 2022).

A fome aqui é entendida a partir dos escritos de Josué de Castro (1957) ao afirmar que a fome e a perpetuação da pobreza que se manifestam no Brasil e na América Latina não são um problema natural de escassez, mas um “fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas.” Assim, ao considerar a fome como produto das relações sociais baseadas na exploração e expropriação dos trabalhadores, Castro propõe, também, a necessidade de transformações estruturais através de questionamentos à ordem social vigente e enxerga os movimentos sociais como agentes fundamentais nessa ruptura. Para Junior (2020):

“Ao ímpeto de técnicos, pesquisadores, políticos, empresários e intelectuais em oferecer soluções ou respostas prontas para os problemas enfrentados pela população, Josué de Castro contrapõe uma noção que coloca os trabalhadores como sujeitos que têm condições de se organizar para transformarem suas próprias condições de vida. Isto é, em Sete Palmos de Terra e um Caixão aqueles que vivem miseravelmente e que passam fome não aparecem como pessoas que precisam ser socorridas ou tuteladas, mas como agentes políticos que ao se organizarem e tomarem consciência dos processos de expropriação e exploração aos quais estão submetidos têm condições de pensar caminhos de sua emancipação.”

Os movimentos sociais possuem uma ampla multiplicidade conceitual, com diversas contribuições teóricas e escalas de análise. Partindo das análises de Gohn, é possível definir os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” Além disso, a autora afirma que esses movimentos constroem suas identidades a partir dos direitos, que, quando coletivos, englobam todo um grupo social (GOHN, 2006, 2009). Esses mesmos direitos são abordados por Touraine como vontades coletivas que colocam os movimentos sociais em uma posição de “agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional." Para ele, as vontades coletivas surgem a partir de um conflito central, inerente à sociedade e é, a partir dele, que o sujeito se dedica à luta coletiva. Touraine ainda afirma que os movimentos sociais são “o coração, o pulsar da sociedade”, uma vez que resistem às opressões e (re)constroem o novo, sendo fundamentais no processo de transformação social (TOURAINE, 1984, 1989).

Assim, e considerando que os movimentos sociais estão em constante construção, se formando também a partir de relações sociais materiais e imateriais e de acordo com o processo de desenvolvimento e situação conjuntural da sociedade em que estão inseridos, torna-se fundamental partir do território para compreender os discursos e ações das lutas contra-hegemônicas (FERNANDES, 2012; SILVA, 2017; SOBREIRO-FILHO, 2013).

Para além de um espaço com relações de poder, o território pode ser compreendido como um fenômeno total, multidimensional e multiescalar (FERNANDES, 2008). Por ser composto por diversas dimensões e diferentes escalas geográficas, entende-se que o território não pode ser visto e analisado apenas como uma unidade geográfica determinada, mas que dentro dele se organizam múltiplos territórios, que são produzidos por relações sociais distintas. Nesse sentido, para Cardona e Sobreiro Filho (2016), “o social não existe no vazio, só existe na produção de seus espaços de materialização, no ser e no estar, na construção múltipla das dimensões".

Por estar atrelado à conflitualidades, o território também é expressado na disputa por diferentes modelos de desenvolvimento estabelecidos por diferentes sujeitos, com diferentes práticas sociais, interesses, subjetividades e dinâmicas. Assim, pensando nos movimentos socioterritoriais como sujeitos que também estão em disputa por novos modelos de desenvolvimento e sociedade para existirem e resistirem, Cardona e Sobreiro Filho (2016), argumentam que:

“Uma das principais apostas contra o capital, por parte das classes populares, são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território.”

Tendo então o território como elemento central para a formação e existência dos movimentos, partimos de uma perspectiva sócio-geográfica das leituras de Fernandes ao classificá-los como movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

No cenário nacional, evidenciamos dois movimentos socioterritoriais com histórico de destaque na luta por direitos coletivos e por novas construções sociais do território, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que tem na reforma agrária e na reforma urbana, respectivamente, seus conflitos centrais.

 O MST surge, no ano de 1984, em um contexto histórico e político marcado pela ditadura militar (1964-1984) e, consequentemente, pelo aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. No período em questão, as intervenções do Estado sobre o espaço agrário privilegiavam a estratégia da colonização agrícola em detrimento de uma reforma na estrutura fundiária no país, criando diversos conflitos no campo. Assim, a pauta de uma reforma agrária como importante mecanismo de desenvolvimento econômico-social passa a emergir e, na luta pela distribuição mais igualitária de terras, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (STÉDILE & FERNANDES, 1999; BORGES, 2010).

No decorrer dos anos, o Movimento foi modificando seus discursos e estratégias de acordo, também, com a mudança de conjuntura política no país. E, sempre com o foco na luta por terra, reforma agrária e mudanças sociais, o MST protagoniza o movimento camponês no território nacional. Até hoje, por exemplo, já foram conquistados assentamentos para 450 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 19,9 mil associações nos assentamentos, o que mostra a dimensão e o impacto que o Movimento tem na reconfiguração do social (CAMPOS & SILVA, 2016).

Já o MTST, que tem como principal pauta o acesso à moradia, surge em 1997 do desdobramento do MST, a partir da necessidade de direcionar as lutas também para os espaços urbanos. E, em um contexto de urbanização corporativa, concentração fundiária e elevado déficit habitacional no país, o movimento levanta a bandeira da reforma urbana. Para Medeiros (2020), o MTST surgiu “como parte de uma análise consciente das transformações produzidas pela reestruturação das relações de produção sob o neoliberalismo e a necessidade de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos”. Sendo que, hoje, depois de um longo processo, ele se consolida como o maior movimento social urbano no Brasil, tendo conquistado moradia para mais de 20 mil pessoas sem-teto em vários estados brasileiros (SIMÕES, CAMPOS & RAFAEL, 2017).

Nesse contexto, apesar de possuírem agendas de luta distintas, o MST e o MTST demonstram algumas semelhanças. As formas de atuação e resistência, por exemplo, que se dão principalmente através de manifestações e ocupações coletivas com o intuito de se opor e romper com os regimes de subalternidade e segregação socioespacial, é uma convergência significativa entre os movimentos. Além disso, a forma organizacional e estrutural de ambos os movimentos se dá através da oposição e reação à lógica dominante capitalista, que exclui e oprime os trabalhadores do campo e da cidade de forma interconectada (OLIVEIRA, 2019).

Assim, sabendo que as problemáticas sociais, ambientais e políticas existentes no campo estão conectadas às dificuldades vivenciadas no meio urbano, e vice-versa, se faz necessário pensar em análises mais profundas e complexas desses territórios, enxergando a complementaridade entre eles. (CAMPOS & SILVA, 2016). Ao analisar os casos de um movimento urbano e um rural, Brigel e Falero (2008) concluem que,

“Independente de  esses movimentos terem como base o âmbito rural ou urbano, e de se ter em conta tanto suas especificidades como o atual ciclo capitalista (que revela, por exemplo, uma nova divisão do trabalho, cuja espacialidade pode contribuir para vislumbrar as novas formas de atuação e exploração das grandes corporações, mas também suas resistências), a conexão de suas ações procura iluminar uma dominação que atravessa tanto o campo como as cidades, e a necessidade de se tecer alianças mais amplas, com o objetivo de construir alternativas de sociedade e projetar novos eixos de resistência regional.”

Em vista disso, compreender como se convergem os discursos e ações de combate à fome de diferentes movimentos socioterritoriais se justifica pois, ao reconhecer as potencialidades das múltiplas formas de ativismo alimentar em territórios distintos, é possível pensar em agendas de luta mais amplas e complexas, que estabeleçam redes de diálogo e mobilizações entre o urbano e o rural no que se refere à superação da fome. Além de abrir caminhos e discussões para a criação de redes de luta urbano-rurais, já que como afirma Engels (2023, tradução nossa)[¹] “Para atingir transformações radicais no contexto agrário, são necessárias organizações que estabeleçam alianças e redes de solidariedade entre as classes trabalhadoras.”

Dentro desse contexto, partindo da urgência de debates e ações acerca da fome e, sendo o acesso à alimentação uma questão de interesse comum e fundamental para a reprodução da vida do campo e da cidade, como fonte e condição de sua existência, o projeto ora proposto objetiva identificar as convergências existentes entre os discursos e ações de dois movimentos socioterritoriais distintos na superação da fome. Para tanto, a pesquisa estudará o caso dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) através da triangulação de metodologias qualitativas.

**DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento do presente trabalho se dará com o objetivo de identificar as convergências existentes entre os discursos e ações de movimentos socioterritoriais do campo e da cidade frente à luta pelo combate à fome, mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Além de, identificar: a) quais são os discursos dos movimentos em relação à problemática da fome, b) como o MST e o MTST agem frente à superação da fome em seus territórios, c) sistematizar as diferenças e convergências dos discursos e ações de combate à fome entre os movimentos rurais e urbanos e, d) os desafios dos movimentos socioterritoriais urbanos e rurais na luta pelo combate à fome.

Território de estudo

Para tanto, a pesquisa proposta será realizada em dois espaços socioterritoriais distintos, a Ocupação Lélia Gonzalez do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Assentamento Horto Bela Vista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isso porque pretendemos identificar as convergências e diferenças entre as lutas pelo combate à fome em duas realidades distintas. Sendo um espaço urbanizado e outro no campo.

As duas áreas ficam localizadas no estado de São Paulo (SP). A ocupação Lélia Gonzalez pertencente ao MTST se encontra no município de Santo André, na região metropolitana de SP. A ocupação iniciou no ano de 2022 em um terreno que estava abandonado há mais de 15 anos em situação de irregularidade e hoje já reúne cerca de 2.500 pessoas.

Já o assentamento Horto Bela Vista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, está localizado na zona de amortecimento da FLONA Ipanema entre os municípios de Iperó e Tatuí, na região metropolitana de Sorocaba, interior de São Paulo, e possui 26 anos de luta e resistência na região. A ocupação se deu na área de 1.027,30 hectares da Fazenda Bela Vista, sendo que 405,30 ha pertenciam à área de reserva florestal da extinta Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA), e o restante era composto por uma fazenda de pecuária de corte (PONTES, FERRANTE & BARONE, 2021).

Por conta de diversas mudanças ocorridas na dinâmica da FEPASA e do sucateamento que resultou em sua privatização, 17 hortos florestais pertencentes à empresa estavam sem uso. Ao identificar e mapear essas áreas, em 1997, o MST passou a se organizar na luta pela terra no local. E, com uma área de 1.034,96 hectares (ha), o território foi reconhecido como Assentamento pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em 1999 (ALMEIDA, 2019).

A luta pela terra que iniciou com 85 famílias, hoje conta com 29 famílias que se organizam em lotes individuais.

Levantamento de dados

A metodologia de pesquisa proposta para esse trabalho se baseia na combinação de métodos qualitativos, utilizando a Triangulação como objetivo metodológico. A Triangulação compreende a combinação de diferentes métodos de coleta de dados, aumentando assim a validez e a consistência das conclusões. Nesse caso, associaremos: a) pesquisa documental; b) entrevistas semi-estruturadas com lideranças e participantes dos movimentos; c) observação participante nas ocupações e assentamentos; d) diário de campo para captar, registrar, analisar e expor relatos do pesquisador;

Neste caso, a pesquisa documental será utilizada complementarmente a outras metodologias com a finalidade de coletar informações já existentes referentes à trajetória histórica e a organização do MST e do MTST. Através de buscas e leituras de materiais escritos que não receberam tratamento científico, como jornais, revistas, obras literárias científicas e técnicas e relatórios, pretendemos compreender como se deram suas construções identitárias, além de resgatar os discursos e ações de combate à fome já realizados pelos movimentos sociais ao longo de seus anos de atuação.

Assim, a partir do entendimento histórico da formação dos espaços de luta que iremos estudar, serão feitas entrevistas semi estruturadas com líderes nacionais, líderes locais e participantes dos movimentos sociais dentro de um escopo pré-definido, guiado por perguntas não conclusivas e categorias analíticas pré estabelecidas, divididas em: a) dimensão discursiva, abrangendo identidade política, organização e discursos relacionados ao combate à fome, b) dimensão operacional, que se refere às ações concretas utilizadas para a superação da fome, e c) desafios dos movimentos socioterritoriais urbanos e rurais na luta pelo combate à fome

As entrevistas serão realizadas em duas etapas: a) entrevistas semiestruturadas virtuais com lideranças nacionais e locais, para compreender como, de forma geral, os movimentos têm pensado e agido nos esforços de combate à fome em uma escala mais ampla de análise e, b) entrevistas semiestruturadas presenciais com participantes de um assentamento do MST e uma ocupação do MTST, com o intuito de assimilar as realidades locais e específicas que permeiam esses espaços. Sendo que os participantes entrevistados serão “escolhidos” através da seleção acidental ou por conveniência, “em que os sujeitos são os que se podem acessar e os dados são os possíveis de se obterem.” (THIRY-CHERQUES, 2009)

 Por fim, a observação participante será vivenciada dentro dos dois movimentos sociais com auxílio do diário de campo para identificar as ações concretas de combate à fome que se dão nos territórios dos movimentos, mais especificamente em uma ocupação do MTST e em um assentamento do MST. Através dessas metodologias, esperamos realizar uma imersão nas diferentes realidades empíricas das comunidades, além de observar experiências diárias ao desenvolver atividades juntamente com os participantes dos movimentos.

Forma de análise dos resultados

Todas as entrevistas serão transcritas e organizadas de acordo com as categorias analíticas pré-definidas e com o auxílio do software ATLAS.ti. Posteriormente, com as anotações feitas em campo e a revisão de literatura narrativa, serão realizadas análises de discurso para entender como se constroem e exercem os sentidos nos contextos e situações sociais em questão, tendo em vista que para Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013):

“Não só o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida discursivamente, que é inevitavelmente atravessada pelos condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem. […] A discursividade é uma condição ontológica de constituição de todo o objeto e de toda a realidade experienciada pelos sujeitos.”

Assim, a análise de discurso é uma abordagem complexa e multifacetada que nos auxilia na compreensão do uso da linguagem e suas relações com questões políticas, sociais e culturais. Através dessa análise é possível compreender também como os discursos são construídos e como eles influenciam as relações de poder e a produção de significados nos territórios estudados.

**RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pelo combate à fome sejam identificadas a fim aproximar as lutas dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, além de contribuir e propor maiores complexidades para se pensar a superação da fome nos territórios.

Ainda, ao refletir sobre os discursos e ações de combate à fome com intencionalidades comuns dos movimentos em questão, pensamos que é possível avançar nas discussões sobre a criação de alianças mais amplas entre movimentos urbanos e rurais, que sejam capazes de construir alternativas de sociedade e eixos de resistência mais fortes.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, F. F. **A COMERCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DE MECANISMOS DE VENDAS DIRETAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIAS CAMPONESA. ASSENTAMENTO BELA VISTA IPERÓ SP**. 2019.

AMANCIO ALVES, J. J. Una leitura geográfica da fome com Josué de Castro. **Rev. geogr. Norte Gd**.,  Santiago ,  n. 38, p. 5-20,  dic.  2007.

BORGES, J. MST: do produtivismo à agroecologia. São Paulo: Editora PUC Goiás, 2010.

BRINGEL, B; FALERO, A. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial.** Caderno CRH, v. 21, p. 267-286, 2008.

CAMPOS, J. A., SILVA, A. F. **A relação campo-cidade e a luta pelo território no Brasil: Uma análise complementar dos movimentos sociais MST e MTST.** XVIII encontro nacional de geógrafos. São Luís, 2016.

CARDONA, D. V., SOBREIRO FILHO, J. OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: ENTRE AS CLASSES E OS MOVIMENTOS POPULARES/The socioterritorial movements: between classes and popular movements. **REVISTA NERA**, n. 30, p. 148-168, 2016.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Editora Brasiliense, 1957.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, et al. Que brasileiro, que fornalha: a crise socioambiental e alimentar. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** Tradução. São Paulo: Elefante, 2022.

CHUN, S. El hambre que asedia el capital: la deconstrucción como crítica al liberalismo. Nómadas,  Bogotá ,  n. 48, p. 181-193, 2018 .

ENGELS, B. Disparate but not antagonistic: Classes of labour in cotton production in Burkina Faso. **Journal of Agrarian Change**, v. 23, n. 1, p. 149-166, 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

\_\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. p. 190-220.

FILHO, O. J. S. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 469-477, 2022.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, C. W. **Para outras conexões rural-urbanas a reapropriação social da natureza**. 2021.

JUNIOR, J. R. S. UMA RESPOSTA POLÍTICA PARA A FOME: JOSUÉ DE CASTRO E AS LIGAS CAMPONESAS. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

MEDEIROS, J. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo.** 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

OLIVEIRA, R. D. A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 1, p. 0034-0050, 2019.

PONTES, F. A., FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. As tramas entrelaçadas da produção e comercialização de cultivos agroecológicos: o caso do Horto Bela Vista, Iperó/SP. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 301-322, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR ( REDE PENSSAN). “Projeto VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, Rio de Janeiro, 2022.

ROSSET, P. M., MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and society,** v. 17, n. 3, 2012.

SALLES-COSTA, R. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** São Paulo: Elefante, 2022. p. 124.

SILVA, H. C. G. M. da. ANÁLISE DA ATUALIDADE DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: MST E MTST. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 36, p. 178–195, 2017.

SIMÕES, G., CAMPOS, M., RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil.** São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOBREIRO  FILHO,  J. O  movimento  em  pedaços  e  os  pedaços  em  movimento:  da ocupação  do  Pontal  do  Paranapanema  à  dissensão  nos  movimentos  socioterritoriais camponeses.   Dissertação:   Programa   de   Pós-graduação   em   Geografia,   FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2013

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1999. p. 167-167.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 449-458, 2022.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto et al. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT,** v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.

TOURAINE, A. **Le retour de l’acteur.** Paris: Fayard, 1984.

\_\_\_\_\_\_. **Palavra e sangue**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989

1. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), maria.sa@estudante.ufscar.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ricardo.borsatto@ufscar.br. [↑](#footnote-ref-2)